

Vetos à Lei dos Royalties serão votados hoje pelo Congresso

Sessão será às 19h e promete polêmica. Orçamento também pode ser votado. **3**



Presidente do conselho, dom Orani Tempesta (D) coordena reunião ao lado do vice, Fernando Cesar Mesquita

Conselho apoia federalização de crimes contra jornalistas

Na primeira reunião do ano, Conselho de Comunicação Social também aprovou alterações no regimento interno. **6**

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.823 — Brasília, terça-feira, 5 de março de 2013

Audiências públicas começam a debater hoje MP dos Portos

Trabalhadores do Porto de Paranaguá (PR) protestam contra medida provisória que altera regras dos terminais brasileiros duas décadas após primeira grande reforma do setor



Comissão encarregada de analisar a matéria vai ouvir trabalhadores, usuários, empresas, especialistas e governo em cinco debates

A Medida Provisória (MP) 595/12 colocou a modernização operacional dos portos de volta à pauta do Congresso 20 anos depois da primeira grande reforma do setor. Os portuários temem perder direitos e serão os primeiros a participar das audiências sobre a MP, hoje e amanhã. Na próxima semana, será a vez das empresas e de especialistas. E no dia 20, do governo. O relator, Eduardo Braga, admite ajustes que não alterem essência do texto. **2**

Código de Processo Civil pode priorizar tramitação de adoção de criança **7**

Alvaro e Anibal divergem sobre a situação da Petrobras **7**

Senadores pedem investimentos em infraestrutura para escoar produção **8**

especial Cidadania

Brasileiras ainda têm pouco espaço na política

Arquivo do Senado Federal



Eunice Michiles, primeira senadora do país: "Barreira está sendo vencida aos poucos"

Elas somam 51% da população e 52% do eleitorado, mas ainda estão longe de ser plenamente representadas na política. Na semana em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, o *Especial Cidadania* mostra por que é tão pequena a presença feminina em cargos eletivos, aponta projetos de lei que visam alterar essa realidade e apresenta entrevista com Eunice Michiles, a primeira senadora brasileira. **4 e 5**

Braga pretende acolher ajustes que não alterem essência do texto; Wellington elogia disposição do governo para conversar; Aloysio e Agripino apontam restrições à matéria



Fábio Sreemir/APPA

Primeira grande reforma na lei para modernização dos portos, como o de Paranaguá (foto), no Paraná, completou 20 anos

Começam hoje audiências públicas da MP dos Portos

ESTÃO MARCADAS PARA hoje e amanhã as duas primeiras audiências públicas da comissão mista do Congresso encarregada de analisar a medida provisória (MP) que altera a regulamentação dos portos brasileiros.

Nos debates, serão ouvidos representantes dos portuários, que enxergam na MP 595/12, a chamada MP dos Portos, riscos aos direitos trabalhistas. Na terça e na quarta-feira da próxima semana, será a vez dos representantes das empresas portuárias, dos usuários dos portos e de especialistas apresentarem posições. E no dia 20, estão convidados representantes do governo.

O relator da matéria na comissão mista, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse ontem à



Moreira Matiz/Agência Senado

Braga é o relator da comissão mista encarregada de analisar a proposta

Agência Senado que a votação da admissibilidade da MP pelo colegiado deve ocorrer em 10 de abril. Para ser admitida e tramitar no Congresso, a medida deve ser considerada urgente e relevante.

Os parlamentares já apresentaram 645 emendas à MP

Cronograma

Cinco audiências vão reunir os interessados na medida provisória

DIAS	SETORES
5 e 6	representantes dos trabalhadores portuários
12 e 13	representantes das empresas portuárias, dos usuários dos portos e especialistas
20	representantes do governo federal

dos Portos. Líder do governo no Senado, Braga quer acolher ajustes que não alterem a essência do texto.

O tema voltou à pauta do Congresso 20 anos depois da primeira grande reforma visando à modernização portuária, prevista na Lei 8.630/93.

Aloysio e Agripino defendem ajustes no texto

O líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), alertou para o problema dos contratos celebrados antes da edição da Lei 8.630/93 e ainda não adaptados a essa norma, que agora foi integralmente revogada pela MP 595/12.

Para o senador, a renovação desses contratos evitará que o país não sofra grandes prejuízos no comércio exterior. No entanto, se esses contratos não forem acolhidos pelo novo marco regulatório, o resultado desses contratos evitará que o país não sofra grandes prejuízos no comércio exterior. No entanto, se esses contratos não forem acolhidos pelo novo marco regulatório, o resultado desses contratos evitará que o país não sofra grandes prejuízos no comércio exterior.

Aloysio disse temer que o gargalo logístico no Brasil se estreite ainda mais, provocando grandes dificuldades para o escoamento das colheitas e outros produtos essenciais à pauta de exportações, como minérios e petróleo.



Pedro França/Agência Senado

Para Aloysio, é preciso renovar contratos firmados antes de 1993

Já o líder do DEM, José Agripino (RN), quer suprimir da MP o órgão gestor de mão de obra (Ogmo), por considerá-lo uma "entidade anacrônica, cuja existência não se traduz em benefícios concretos para o país, nem mesmo para os trabalhadores portuários".

Conforme Agripino, a experiência com os terminais de uso privativo demonstra

que não se concretizaram os "cenários catastróficos" de opressão dos trabalhadores. Os contratados nessa modalidade, na opinião dele, têm salários e proteção maiores que os contratados via Ogmo.

A eficiência operacional dos portos é uma condição essencial à competitividade do país no comércio internacional, uma vez que os custos portuários encarecem os preços finais dos produtos brasileiros.

Dos 34 portos públicos marítimos sob gestão da Secretaria Especial de Portos, 16 encontram-se delegados, concedidos ou têm a operação autorizada aos governos estaduais e municipais. Os outros 18 são administrados pelas companhias docas, sociedades de economia mista que têm o governo federal como acionista majoritário.

Wellington ressalta diálogo do governo com portuários

Para o líder do PT, Wellington Dias (PI), o governo abriu diálogo com os trabalhadores portuários. Um sinal dessa disposição é o encontro da presidente Dilma Rousseff e dirigentes de centrais sindicais, amanhã, quando a questão dos portos vai ser tratada, acredita o senador.

Wellington adverte que é preciso ficar claro o compromisso do governo de manter como portos públicos os que estão atualmente nessa categoria, "inclusive com ampliação de investimentos". Segundo ele, cerca de R\$ 6,4 bilhões serão utilizados para melhorar a infraestrutura e facilitar o acesso aos portos. O senador citou o caso do Porto de Luís Correia (PI), que não é ligado por ferrovia à capital do estado, Teresina.

Outro ponto considerado importante é a dragagem. Segundo Wellington, o governo garante arcar por dez anos com as altas despesas da retirada de areia, lodo e entulho das áreas de movimentação e atracamento dos navios.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Senador acredita que a MP vai duplicar o número de trabalhadores

Do ponto de vista dos direitos trabalhistas nos portos públicos, a MP mantém a regra dos contratos com os trabalhadores. Seriam preservadas as atuais relações. De qualquer maneira, disse, a capacidade das instalações portuárias passaria de 900 milhões de toneladas por ano para 2 bilhões de toneladas, por conta da medida.

— Isso vai dobrar o número de trabalhadores. Quem pode ser contra um projeto que permite ao Brasil ter uma capacidade de concorrer com outros países e ainda gerando emprego? — questionou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Crédito para o Fies

14h A pauta de votações está trancada pela MP 588/12, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,68 bilhão para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

PRESIDÊNCIA Posse no TST

11h Recebe o reitor da Universidade Federal de Alagoas e representantes da Andifes; às 11h30, o presidente da Confederação Nacional de Municípios; às 16h, posse de ministros do TST. Em seguida, preside a ordem do dia e, às 19h, sessão sobre veto dos royalties e Orçamento.

CAE Pequena empresa

10h Um projeto na pauta institui a Secretaria da Micro e Pequena Empresa; outro cria o Fundo Republicano de Campanha para dispor sobre doações e contribuições para campanhas eleitorais.

CDH Direitos das mulheres

10h Audiência analisa projeto sobre ações do governo em defesa dos direitos humanos, especialmente os das mulheres, aproveitando a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

CE Educação física

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina projeto que assegura que somente profissionais qualificados em educação física possam ministrar os conteúdos desse componente curricular.

CMMC Plano de trabalho

11h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas aprecia o plano de trabalho de 2013, a ser apresentado pelo relator, deputado Sarney Filho.

CMA Preços de combustíveis

11h30 A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor tem em pauta projeto determinando a informação de preços, pelos postos de combustíveis, no site da Agência Nacional do Petróleo.

CDR Eleição

14h30 Integrantes da comissão elegem presidente e vice-presidente do colegiado para o biênio 2013–2014.

CONGRESSO Royalties e Orçamento

19h O Congresso deverá votar o veto à lei que disciplina o pagamento dos royalties e o Orçamento 2013.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Sessão às 19h opõe estados produtores de petróleo aos não produtores, que querem derrubar os vetos. Orçamento também pode ser votado

Análise dos vetos à Lei dos Royalties promete polêmica hoje no Congresso

A EXPECTATIVA É de muita polêmica na sessão do Congresso convocada para as 19h de hoje, com o objetivo de analisar os vetos presidenciais à Lei 12.734/12, que redistribuiu os royalties do petróleo entre estados e municípios brasileiros. Também está prevista a votação do Orçamento de 2013 (PLN 24/12).

A sessão foi convocada pelo presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) revogar a liminar que determinava a votação em ordem cronológica dos mais de 3 mil vetos presidenciais pendentes no Congresso. A decisão do Supremo permite aos parlamentares votarem os vetos aos royalties antes dos demais.

Maioria no Congresso, os representantes dos estados não produtores prometem derrubar os vetos parciais da presidente Dilma Rousseff. A lei na forma original estabelece para os royalties os mesmos percentuais previstos pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE), inclusive para os contratos em vigor,



Em sessão do Congresso em dezembro, não houve acordo para analisar vetos, o que também atrasou votação do Orçamento

redirecionando receita dos produtores de petróleo para os não produtores. Com o veto, Dilma preservou as receitas dos produtores.

Pela regra atual, a União fica com 40% dos royalties. Os outros 60% vão para os estados e municípios — sendo 94% desse montante para os estados produtores Rio de Janeiro e Espírito Santo, e 6% para os demais.

Autor do projeto que redistribuiu os royalties, o senador Wellington Dias (PT-PI) confia que os vetos presidenciais serão derrubados.

Para estados produtores, texto de Wellington é inconstitucional

Deputados e senadores de estados produtores de petróleo avisam que lutarão para manter o veto ao projeto. Eles consideram inconstitucional o texto de Wellington Dias. As bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo na Câmara anunciaram que usarão todos os dispositivos regimentais para obstruir a votação.

No Senado, diante do risco da derrubada do veto, senadores dos estados prejudicados

planejam recorrer ao STF. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) explicou que o parágrafo 1º do artigo 20 da Constituição Federal assegura a compensação financeira a estados e municípios produtores. Francisco Dornelles (PP-RJ) acredita que os colegas terão bom senso e manterão os vetos.

O Espírito Santo estima perdas de R\$ 10,5 bilhões até 2020 com as novas regras. O Rio de Janeiro, R\$ 77 bilhões.

Ferraço cobra respeito à minoria durante apreciação sobre os recursos do petróleo

Diante do risco de derrubada do veto presidencial à Lei dos Royalties, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse ontem que está em jogo a garantia dos direitos das minorias. O senador

fez um apelo aos colegas para que o bom senso seja considerado, afirmando que o embate entre estados produtores e não produtores enfraquece a Federação e que deve ser considerada jurisprudência já firmada pelo Supremo Tribunal Federal.

— Essa ditadura da maioria insiste em fazer vista grossa às compensações asseguradas pela Constituição aos estados produtores, que arcam com todos os ônus, todos os riscos econômicos e ambientais — afirmou o senador.



Embate enfraquece a Federação, afirma Ricardo Ferraço

Temperatura do debate pode adiar votação do Orçamento

Diante da tensão sobre a Lei dos Royalties, os governistas consideram a possibilidade de a votação do Orçamento, previsto para depois da apreciação do veto, ser adiada para amanhã ou a próxima semana.

O líder do PSB no Senado, Rodrigo Rollemberg (DF), afirmou que, a depender da temperatura da discussão dos vetos, pode ser difícil encontrar consenso para votar a Lei Orçamentária.

O relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), criticou a intenção de parlamentares de obstruir a votação dos vetos e dificultar o andamento da sessão. Para ele, o Orçamento é fundamental para a retomada do crescimento do país.

O líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes (SP), questiona a votação do Orçamento antes da análise dos outros mais de 3 mil vetos pendentes.

Sem o veto parcial, novas regras ficariam com três ilegalidades, avalia Dornelles

Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu em pronunciamento ontem a manutenção do veto parcial ao projeto que redistribuiu os royalties do petróleo. Ele disse que há

três inconstitucionalidades flagrantes na proposta.

Em primeiro lugar, explicou, o royalty é reconhecido pela Constituição como uma receita do estado que sofre o desgaste da exploração. Em segundo, ressaltou, as novas regras violam contratos em vigor.

Por último, Dornelles observou que o projeto não poderia alterar a distribuição dos royalties referentes aos anos de 2012 e 2013. Os royalties de 2012, por exemplo, já foram utilizados.



Segundo Dornelles, royalty é compensação a produtores

Viana diz que é urgente reforma do Regimento Comum

Jorge Viana (PT-AC) falou ontem sobre o início dos trabalhos da comissão mista destinada a elaborar uma proposta de reforma para o Regimento Comum do Congresso. A comissão — criada sexta-feira pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves — tem 60 dias para concluir o trabalho.

O senador disse que a reforma é urgente porque o Regimento Comum é de 1970. A partir da Constituição de 1998, disse ele, o texto foi alterado por várias resoluções que, no entanto, não integram seu texto e formam um volume quatro vezes maior que os 152 artigos que compõem o Regimento Comum.

— A comissão vai ajudar a resgatar o prestígio do Congresso — disse Viana.

O senador lembrou que a omissão do Congresso em consolidar suas próprias regras levou à judicialização de várias questões, como a decisão do Supremo Tribunal Federal, em maio de 2012, que ampliou o tempo de análise das MPs pelas comissões mistas.

Judicialização

Viana acrescentou que as regras devem evitar o excesso de judicialização do processo legislativo.

— Essa mania de quem perde qualquer votação de recorrer ao Supremo faz o Parlamento perder sua prerrogativa, sua autoridade como poder independente.

O senador lembra que o grupo só vai atualizar regras sobre atribuições comuns do Senado e da Câmara, o que inclui questões referentes a orçamento, comissões parlamentares mistas de inquérito (CPMIs), medidas provisórias e vetos presidenciais.

A comissão tem seis senadores e seis deputados. Pelo Senado, além de Viana, integram a equipe Ana Amélia (PP-RS); Flexa Ribeiro (PSDB-PA); Lobão Filho (PMDB-MA), que é relator do projeto que atualiza o Regimento Interno do Senado; Romero Jucá (PMDB-RR) e Walter Pinheiro (PT-BA).



Para Viana, a comissão vai ajudar a resgatar o prestígio do Congresso

Investigação federal de crime contra jornalista

Conselho de Comunicação Social do Congresso manifesta apoio a projeto que prevê a participação da Polícia Federal na investigação de crimes contra profissionais da área no exercício da atividade

NA PRIMEIRA REUNIÃO do ano, o Conselho de Comunicação Social do Congresso aprovou relatório em que apoia o PL 1.078/11, que prevê a participação da Polícia Federal na investigação de crimes contra jornalistas. Parte dos conselheiros defendeu uma abrangência maior, para abarcar crimes contra qualquer profissional que atue na área de comunicação social.

Para que sejam incluídos outros profissionais, como os blogueiros, Maria José Braga — representante da categoria dos jornalistas no conselho — sugeriu uma definição mais ampla: ela defendeu a federalização das investigações contra “profissionais de comunicação no exercício de sua atividade”. Ela lembrou que, no ano passado, foram assassinados pelo menos três jornalistas e sete outros que eram radialistas ou pequenos empresários de comunicação.

Impunidade

A participação da Polícia Federal seria, segundo Maria José, a garantia “de uma investigação mais isenta, fora dos interesses locais, com o objetivo de reduzir a impunidade reinante no país quando se trata de crimes contra esses profissionais”. Em vários casos, disse, estão envolvidos policiais civis ou militares.

— Uma das motivações dos crimes contra os profissionais da comunicação é justamente a impunidade — ressaltou.

De acordo com o texto original, do deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP), a participação da Polícia Federal nessas investigações ocorreria quando fosse constatada “omissão ou ineficiência das esferas competentes”. O projeto tramita na Câmara.



Conselho de Comunicação Social analisa relatórios. À mesa: o presidente do conselho, dom Orani Tempesta (ao microfone) e o vice, Fernando Cesar Mesquita

Conselho é contra retirada de biografia não autorizada

O projeto que impede o recolhimento de biografias não autorizadas de “personalidades públicas” (PL 393/11) também recebeu o apoio do Conselho de Comunicação Social. Segundo relatório do colegiado, o recolhimento “põe em xeque” as liberdades de expressão, de informação e de imprensa, entre outras.

Um dos exemplos citados é o da biografia do cantor Roberto Carlos, que não está comercialmente disponível no Brasil devido a uma proibição judicial. O relatório faz o contraste desse caso com o do cantor norte-americano Michael Jackson, já falecido, sobre quem há diversas biografias, de diversos autores.

O autor do relatório, Ronaldo Lemos, que atua no conselho como representante da sociedade civil, afirma que “escrever uma biografia hoje no Brasil é uma atividade que encontra grandes obstáculos jurídicos e que sujeita autores, editores, websites e quaisquer outros veículos envolvidos (...) a uma grande insegurança jurídica e temor quanto às consequências que o ato de biografar pode trazer”.

Segundo ele, a questão está na “problemática” redação do artigo 20 do Código Civil e nas decisões judiciais baseadas nesse artigo.

De acordo com o texto, “salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da Justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais”.

O artigo contém também um parágrafo único: “Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes”.

O PL 393/11, do deputado Newton Lima (PT-SP), está tramitando na Câmara em conjunto com outros dois projetos que tratam do assunto: o PL 395/11, da deputada Manuela d’Ávila (PCdoB-RS), e o PL 1.422/11, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ).

Colegiado muda regimento e institui 5 grupos temáticos

O Conselho de Comunicação Social aprovou ontem mudanças no regimento.

— Foram feitas adaptações pontuais para, por exemplo, adequar as normas a legislações que foram atualizadas — declarou o presidente do conselho, dom Orani João Tempesta.

A mesma avaliação foi apresentada por Miguel Ângelo Cançado, um dos membros do conselho que representam a sociedade civil. Cançado disse que “a essência do regimento foi mantida, sobretudo quanto à possibilidade de o conselho ser provocado pelo Congresso, pelos seus próprios membros e pelas entidades da sociedade civil que estão nele representadas”.

Uma das mudanças citadas por Cançado permite ao presidente do Conselho de Comunicação representar o órgão em atividades exteriores ao colegiado.

Dom Orani Tempesta também observou que será discutido “com mais

profundidade”, na próxima reunião do colegiado, o artigo 29 do novo regimento. Esse item determina que “o Conselho de Comunicação Social não se pronunciará sobre situações que estejam sob apreciação do Poder Judiciário”.

Comissões

O conselho também instituiu cinco comissões temáticas para esta legislatura: Comissão de Marco Legal e Regulatório do Setor de Comunicação; Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação; Comissão de Conteúdos e Meios de Comunicação; Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social nos Meios de Comunicação; e Comissão de Publicidade e Propaganda.

A maioria delas existiu com o mesmo nome na legislatura anterior. O conselho é composto por 13 pessoas: 4 ligadas às entidades empresariais da mídia, 4 a órgãos sindicais e 5 representantes da sociedade civil.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Crianças em abrigos serão beneficiadas pela mudança no Código de Processo Civil, com tramitação mais ágil para adoção

Prioridade para adoção poderá constar em código

Comissão de Constituição e Justiça vota amanhã projeto que estende preferência na tramitação judicial, hoje existente apenas para quem tem mais de 60 anos ou é portador de doença grave

A EXEMPLO DO Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Processo Civil (CPC) poderá priorizar a tramitação de procedimentos judiciais relacionados à guarda ou adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado. Amanhã a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá fazer votação final do projeto de lei (PLS 390/11) de Ana Amélia (PP-RS) que determina a prioridade.

Atualmente o CPC dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais que tenham como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 anos ou portadora de doença grave.

A extensão desse benefício aos processos de guarda e adoção teria como objetivo evitar, conforme justificou Ana Amélia, “que pereça o direito de nossos jovens na vazão do tempo, em agravamento da lesão de vulnerabilidade social pela demora da prestação jurisdicional”.

Compatibilização

A senadora argumenta que não há razões para manter crianças e adolescentes afastados do amparo, do carinho e da atenção de famílias brasileiras aptas e dispostas a velar e guardar por elas.

— A disciplina processual necessita ser compatibilizada

com o Estatuto da Criança e do Adolescente — afirmou a autora do projeto.

Ajustes no texto original levaram o relator na CCJ, Benedito de Lira (PP-AL), a apresentar substitutivo. Na avaliação dele, a preocupação de Ana Amélia é digna de elogio por tentar corroborar, no âmbito processual, o princípio constitucional de prioridade absoluta à criança e ao adolescente, em especial no que se refere ao direito à convivência familiar.

Se aprovado na CCJ, caso não haja recurso para votação pelo Plenário, o PLS 390/11 será enviado, em seguida, à Câmara dos Deputados.

Mudança no regimento deve evitar sobreposição de sessões dos colegiados

O Regimento Interno do Senado pode ser mudado amanhã pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Projeto de resolução (PRS 41/11) apresentado por Cyro Miranda (PSDB-GO) proíbe que subcomissões e comissões temporárias façam sessões simultâneas às reuniões ordinárias das comissões permanentes. Caberá à Mesa do Senado coordenar a agenda dos colegiados para evitar coincidência de horários.

— Trata-se do verdadeiro congestionamento de audiências públicas e de reuniões que ocorrem em praticamente todos os dias da semana e a todas as horas no Senado — justifica Cyro.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), concorda com a necessidade de articular as atividades das comissões. Segundo ele, hoje os senadores não têm condições de comparecer às diversas reuniões de comissões e subcomissões.

— A solução parece adequada. É necessário priorizar reuniões ordinárias das comissões permanentes — disse Aloysio.

Se aprovada pela CCJ, a proposta seguirá para exame da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno.

Rolleberg destaca influência positiva da Olimpíada de Matemática



Waldemir Barreto/Agência Senado

A matemática é fundamental para a formação de engenheiros e cientistas e extremamente importante para o futuro do país, disse Rodrigo Rolleberg (PSB-DF). Segundo o senador, a disciplina, se ensinada de forma diferente, como na Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas, desperta interesse e curiosidade e pode se transformar numa grande atração. Rolleberg foi um dos coordenadores das duas primeiras edições da competição, como secretário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2005.

— Todos os alunos de escolas municipais, estaduais ou federais podem participar das olimpíadas. Entre as vantagens, está o acesso a material didático de qualidade e ao Programa de Iniciação Científica Júnior do CNPq, oferecido aos medalhistas, que ganham bolsa de R\$ 100 mensais por um ano — informou.

Também os professores com graduação têm iniciação científica em nível de mestrado com bolsas do CNPq e da Capes. Outro benefício é a formação de clubes de matemática para trabalhos em grupo.

Alvaro Dias cobra investigação na Petrobras

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou que a Petrobras tenha perdido R\$ 179,3 bilhões em valor de mercado desde o fim de 2010, afirmando que há anos a oposição alerta para irregularidades na estatal. Ele acusou o ex-presidente Lula de ter determinado o “tratoramento” da CPI da Petrobras, em 2009. O senador disse que os partidos de oposição se retiraram da CPI “diante das manobras do governo para esvaziar as investigações”, mas continuaram apresentando representações ao Ministério Público.

— As irregularidades eram gravíssimas e não podiam ser sepultadas com honras fúnebres, como desejava o governo, sob pena de prevalecer o manto da impunidade que protegia os desmandos na administração de Lula — disse.

Alvaro apontou problemas com construção de plataformas, superfaturamento na Refinaria Abreu e Lima e resistência da Petrobras a fornecer dados ao Tribunal de Contas da União.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro diz que a oposição há anos aponta irregularidades na empresa

Anibal diz que não houve déficit, mas redução do lucro

Anibal Diniz (PT-AC) saiu em defesa da Petrobras ao declarar “total confiança” na presidente da empresa, Graça Foster, e na presidente da República, Dilma Rousseff. Ele rebateu críticas de Alvaro Dias (PSDB-PR) sobre a probabilidade de falência da companhia e afirmou que as lideranças do PSDB estão fazendo o que classificou de “estouro da manada”, ou seja, “dar um susto para fazer todos correrem ao mesmo tempo”.

Anibal argumentou que não houve déficit na Petrobras, mas uma “redução do lucro líquido”, que foi 36% menor no ano passado em relação a 2011. O senador ressaltou a contribuição da empresa para a estabilização da economia e disse que o preço da gasolina é acessível.

Em seu discurso, Anibal aproveitou a semana de homenagens ao Dia da Mulher, comemorado em 8 de março, para exaltar ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz rebate críticas contra a estatal brasileira de petróleo

Aécio quer informações sobre fiscalização do Poder Executivo

Aécio Neves (PSDB-MG) fez requerimento (RQS 89/13) ao ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, solicitando informações sobre o Sistema de Controle Interno da União. Entre outros pontos, Aécio quer a descrição da fiscalização nos últimos cinco anos sobre a administração direta e indireta. O requerimento será examinado pela Mesa.

Para Aécio, o controle interno do Executivo tem agido de forma “excessivamente reativa, aparecendo a posteriori aos escândalos que são noticiados pela mídia”. O senador lembra que o Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas da União, detém a titularidade do controle externo do Executivo.

O autor do requerimento também pede o quantitativo de auditorias, operações especiais e inspeções realizadas nos últimos cinco anos, com



Moreira Manz/Agência Senado

Requerimento apresentado pelo senador será examinado pela Mesa

especificação por finalidade. Quer também informações sobre a divisão da força de trabalho da CGU, para verificar como ela está sendo distribuída entre a administração direta e indireta, e sobre a fiscalização dos recursos transferidos.

Outro ponto se relaciona às atividades das agências financeiras oficiais de fomento. Como proposto pelo senador, a CGU deve explicar como vem atuando na fiscalização dessas agências, especialmente do BNDES.



Pátio de estacionamento no Porto de Rio Grande (RS): infraestrutura não acompanha aumento de produção, dizem senadores

Porto do Rio Grande

“Falta infraestrutura para o agronegócio”

Acir Gurgacz, Ana Amélia e Ruben Figueiró destacam importância da agropecuária para a economia do país e pedem investimentos no transporte para escoamento da produção

APESAR DE O agronegócio brasileiro ser “extremamente eficiente”, afirmou Ruben Figueiró (PSDB-MS), o setor é prejudicado pela precária infraestrutura, principalmente a de transportes. Ana Amélia (PP-RS) também lamentou a dificuldade enfrentada pelos produtores para a estocagem e o transporte de grãos, apesar do aumento da produção no país. E Acir Gurgacz (PDT-RO) salientou que o baixo índice de crescimento do país em 2012, com aumento de apenas 0,9% no produto interno bruto (PIB), é uma das consequências da falta de investimento em infraestrutura.

— Não há quem negue que a produção do campo brasileiro é um grande caso de sucesso mundial. O que preocupa, porém, é que nossas estradas, ferrovias, hidrovias, portos, todo o sistema que poderia dar sustentabilidade ao setor produtivo apresenta graves deficiências. A nossa infraestrutura segue em descompasso com o ritmo de nossa produção agropecuária — assinalou Figueiró.

Segundo o IBGE, informou o senador, a safra brasileira de 2013 deve totalizar mais de 183 milhões de toneladas, 13,1% maior que a de 2012.



Waldemir Barreto/Agência Senado

“País está perdendo competitividade no mercado”, alerta Figueiró

Com o aumento da produção e da produtividade, o setor influencia de maneira positiva as exportações, gerando divisas para o Brasil. Entretanto, a infraestrutura deficiente onera o setor, aumentando o custo de exportação e fazendo com que o país perca competitividade no mercado internacional.

— O Brasil continua na contramão do processo de crescimento sustentável — disse.

Para Figueiró, o governo federal não está sendo tão eficiente quanto deveria, pois a inflação vem aumentando, o PIB apresenta “crescimento modestíssimo” e a geração de empregos anda baixa.

O senador cobrou do ministro da Fazenda, Guido Mantega, explicações sobre a real proposta do governo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia lamenta problemas enfrentados pela produção de grãos

para a economia e como o país vai superar os gargalos que diminuem a velocidade do crescimento.

— O governo me parece confuso. Uma medida como a redução das tarifas de energia termina por ser anulada porque foi atropelada por decisões subsequentes de elevação no preço dos combustíveis, que incidirá sobre a inflação, levando a desdobramentos imprevisíveis — alertou.

Segundo Ana Amélia, nos últimos cinco anos, a produção brasileira de grãos aumentou em pelo menos 45 milhões de toneladas, mas as condições de transporte e armazenamento da colheita continuam as mesmas, realidade que classificou como “inacreditável”.

— A capacidade dos silos



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz: uma das consequências é o baixo crescimento da economia

é insuficiente. Os caminhões são os silos porque não os temos. Então, ficam as filas de veículos comprometendo o tráfego nas rodovias e atulhando o sistema portuário brasileiro — disse.

De acordo com a senadora, a infraestrutura não vem conseguindo atender as exigências da produção nacional nem alcançar níveis mínimos de eficiência com custos razoáveis e agilidade.

— Da porteira para dentro, o agricultor e o pecuarista são muito produtivos, equiparados aos melhores do mundo, como norte-americanos, canadenses e argentinos. O problema é da porteira para fora da propriedade rural — lamentou.

Gurgacz afirmou que o desempenho da agropecuária

tem segurado a balança comercial brasileira há décadas, mas, sem investimentos em logística, isso não será possível para sempre.

— É necessário investir em barateamento do custo da produção, ampliando a desoneração de tributos, como tem feito a nossa presidenta Dilma na qualificação de mão de obra e em infraestrutura de transportes — afirmou.

Para o senador, os resultados de investimentos anunciados pelo governo em rodovias, ferrovias e portos vão demorar, sendo insuficientes para acompanhar o crescimento da agricultura. Como exemplo, o senador citou o estado que representa, Rondônia, que espera há mais de dez anos a restauração de rodovias e a construção de uma ferrovia até a capital, Porto Velho.

Gurgacz citou dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indicando perdas de mais de US\$ 2 bilhões causadas pela ineficácia do sistema de escoamento da safra no Brasil. Ele também afirmou que, apesar de ser a sexta maior economia do mundo, o Brasil ocupa a 104ª colocação no ranking de infraestrutura e eficiência de portos.

Gestão de concessionária pode ser vedada a quem tem mandato

Entre os 15 itens da pauta que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota na reunião de amanhã, está o projeto de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que proíbe a participação dos detentores de mandato eletivo e respectivos parentes, até terceiro grau, na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos.

A proposta (PLS 358/09) tem voto favorável do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC). A matéria será analisada pela CCJ em decisão terminativa, que não precisa passar pelo exame do Plenário.

O autor justifica a proposta pela “necessidade de moralização do processo eleitoral e de combate à prática de relações espúrias entre a administração pública e empresas”. Para o relator, a proposta “merece todos os aplausos, por se dirigir à preservação da moralidade pública, da eficiência e da impessoalidade”.

Cristovam diz que governo está iludido com economia brasileira



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que o governo desperte para as causas da baixa produção econômica e disse que é preciso desvincular a economia da política e das campanhas eleitorais e tomar decisões a longo prazo.

— Muita gente acha que a presidente Dilma e o ministro da

Fazenda estão iludindo o povo. Mas eu acho que é pior: eles estão iludidos. O governo não está percebendo a gravidade do fato de o PIB ter crescido apenas 0,9% no ano passado. É o pior resultado entre os países em desenvolvimento e um dos piores da América Latina — declarou.

Para o senador, é preciso mudanças estruturais, mais investimento e mais poupança. Ele registrou que há nove anos o consumo cresce no Brasil, o que pode ser bom para as atuais gerações, mas pode comprometer as próximas, com risco de esgotamento.

Cícero pede renegociação de dívidas de agricultores

Cícero Lucena (PSDB-PB) fez um apelo ao governo federal para que suspenda, por um ano, as cobranças dos financiamentos agrícolas de produtores rurais nordestinos que tiveram operações contratadas até o final de 2006.

Além da renegociação das dívidas, o senador defendeu a implementação, por parte do governo, de uma política de crédito específica para o agricultor do semiárido.

— Do contrário, estaremos assistindo, ano após ano, seca após seca, ao endividamento dos proprietários rurais e comprometimento do patrimônio com dívidas existentes — disse.

Cícero criticou a “segregação regional” no tratamento dado pelo governo federal à Paraíba. Segundo ele, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia têm recebido maiores benefícios federais do que os demais estados do Nordeste.



Waldemir Barreto/Agência Senado